

# **A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR FUMAGEIRA NO RIO GRANDE DO SUL E SEUS DESAFIOS PARA A RECONVERSÃO PRODUTIVA**

**Linha temática:** Economia Regional e Urbana

**Autores:** Bruna Tadielo Zajonz<sup>1</sup>, Jéferson Réus da Silva Schulz<sup>2</sup>, Rita Inês Paetzhold Pauli<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestranda em Extensão Rural – UFSM, e-mail: brunabtz@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Engenharia de Produção – UFSM, e-mail: jefersonschulz@gmail.com

<sup>3</sup> Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: ritapauli@gmail.com

## **Resumo**

O artigo descreve e analisa as mudanças recentes da agricultura familiar articulada ao complexo fumageiro gaúcho no período de 2005 a 2013. Realizou-se uma análise de tendências dos valores gerados, quantidade produzida e área plantada no período em análise, além de entrevistas aos principais representantes institucionais do setor produtivo e as fontes de dados da FEE, Afubra e NUPES (Núcleo de Pesquisas da UNISC). Os resultados mostram que a reconversão vem se mostrando como um processo lento e gradativo. Constata-se que as áreas com produção de tabaco no Estado diminuiram, contudo, a quantidade produzida não diminuiu na mesma proporção, um fator para este cenário seria a adesão de novas tecnologias nos processos produtivos.

Palavras-chaves: Fumicultura, complexo agroindustrial fumageiro, diversificação produtiva.

## **DYNAMICS OF FAMILY FARM THE TOBACCO IN RIO GRANDE DO SUL AND ITS CHALLENGES FOR CONVERSION PRODUCTIVE**

### **Abstract**

The article describes and analyzes recent changes in family farming articulated to the tobacco gaucho complex from 2005 to 2013. We performed a trend analysis of the values generated, quantity produced and planted area in the period, as well as interviews with key institutional representatives of the productive sector and the data sources of FEE, Afubra and NUPES (Center for Research UNISC). The results show that the conversion is proving to be a slow and gradual process. It is noted that the areas of tobacco production in the state declined,

however, the quantity produced did not decrease at the same rate, a factor in this scenario would be the accession of new technologies in production processes.

Keywords: tobacco, agro-industrial complex, productive diversification.

Classificação JEL: R. Urban, Rural, Regional, Real Estate, and Transportation Economics, 11. Regional Economic Activity: Growth, Development, Environmental Issues, and Changes

## 1. INTRODUÇÃO

No que concerne à produção fumageira, o Brasil se destaca no mercado mundial ocupando o segundo lugar em termos de produção, sendo responsável por 11,00% da produção mundial de fumo. A alta produção desta cultura fez com que o tabaco se tornasse um dos principais produtos exportados pelo Brasil. Segundo o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), em 2013 o fumo atingiu 1,35% das exportações brasileiras, assim, a maior parte do fumo cultivado no Brasil, cerca de 85,00%, é exportado, ficando apenas 15,00% para o mercado interno. Esta cultura que vem se destacando no cenário nacional há várias décadas, permitiu que o Brasil alcançasse, desde 1993, o 1º lugar no ranking mundial de exportação de fumo.

Dentre as regiões brasileiras, a região Sul é a que mais se destaca na produção de fumo em folha, abrangendo 651 municípios produtores. Conforme o SINDITABACO, na safra de 2013/2014 o Rio Grande do Sul produziu 380 mil toneladas de fumo em folha, Santa Catarina produziu 212 mil toneladas, e Paraná obteve um cultivo de 143 mil toneladas. Com esta produção, pode-se gerar uma receita bruta anual de R\$5,3 bilhões.

A parte agrícola da cultura é realizada por agricultores familiares<sup>1</sup> que se articulam a empresas fumageiras, o que na literatura especializada é denominado de formação de um Complexo Agroindustrial. Segundo informações do SINDITABACO, na safra de 2013/2014 houve 162 mil agricultores familiares articulados a empresas fumageiras, na quase totalidade multinacionais, e cerca de 650 mil pessoas envolvidas no ciclo produtivo do meio rural. Este fato, somado a função de possibilitar um menor êxodo rural, denota a importância socioeconômica deste cultivo.

Com o intuito de diminuir o consumo do cigarro, e enfatizando os malefícios que este produto traz a saúde, fez com que a Organização Mundial da Saúde criasse um tratado internacional de combate ao tabaco, chamado de Convenção-Quadro de Controle ao Tabaco

---

<sup>1</sup> No que diz respeito à agricultura familiar, recomenda-se ver Wanderley 1996.

(CQCT), que conta atualmente com 178 países ratificados, incluindo o Brasil. Esta convenção procura defender as gerações presentes e futuras dos problemas incitados pelo consumo do fumo, os quais têm se tornando cada vez mais frequente entre jovens e adolescentes.

O Brasil aderiu a Convenção-Quadro de Controle ao Tabaco por meio da criação da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de tabaco (CONICQ). Através desta Comissão o governo brasileiro elabora medidas de desestímulo ao consumo do tabaco, tanto no âmbito dos consumidores, estabelecendo um aumento nos impostos e preços dos produtos com vistas a reduzir a comercialização, quanto no âmbito da sociedade, elaborando programas e projetos de conscientização dos malefícios provenientes do consumo do cigarro. As medidas pensadas para os produtores preveem a diminuição da produção de tabaco através do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Entretanto, as ações deste Programa para a reconversão produtiva tornam-se um processo lento e gradativo devido ao ambiente econômico e social em que os produtores de fumo estão inseridos.

Dessa forma, o presente trabalho busca descrever e analisar as mudanças recentes da agricultura familiar articulada ao Complexo Agroindustrial Fumageiro gaúcho. Mais precisamente, pretende-se mostrar a evolução recente da produção e área plantada, bem como descrever as percepções de algumas pessoas-chave vinculadas ao setor produtivo com o intuito de detectar as transformações atuais do setor. O conjunto dessas informações somadas a outras informações quali-quantitativas e confrontadas com os elementos teóricos permitem vislumbrar as potencialidades dos agricultores em promover a diversificação, bem como identificar quais os avanços obtidos até o momento e quais os principais entraves que se interpõe na reconversão produtiva dos produtores do Rio Grande do Sul, proposta pela CONICQ.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma, além da introdução segue a abordagem dos processos metodológicos que subjazem a temática abordada, posteriormente é efetuado o referencial teórico, centrado nas temáticas de Complexo Agroindustrial Fumageiro e políticas públicas para a agricultura. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa que compreende o diagnóstico da conjunta dos elementos teóricos e da revisão com análise de tendências das variáveis e questionários semiestruturados, culminando com a conclusão.

## **2. PROCESSOS METODOLÓGICOS**

Pesquisa segundo Gil (2008, p. 45), pesquisa define-se com “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é

descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Para Markoni e Lakatos (2003), a pesquisa caracteriza-se como um procedimento formal juntamente com um método de pensamento reflexivo, ao cabo que propõe, por meio de uma abordagem científica, compreender a realidade e encontrar verdades parciais. Desse modo, para o autor a pesquisa tem importância indispensável no âmbito das ciências sociais, especialmente no alcance de soluções para problemas de ordem comum.

Conforme menciona Gil (2008), o delineamento da pesquisa deve considerar o modo de domínio das variáveis envolvidas, bem como o ambiente em que os dados são coletados, de forma que o pesquisador passa a considerar os meios de investigação que serão utilizados na pesquisa. Por conseguinte, com base nos dados que serão utilizados, o presente estudo utiliza-se de uma pesquisa documental, a qual segundo Gil (2008, p. 51), “vale-se de materiais que não receberam ainda nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A pesquisa documental constitui-se uma fonte estável de dados, na qual o pesquisador consegue as informações necessários com um menor tempo disponível e a um menor custo, se comparado a outros métodos de pesquisas (GIL, 2002). Ainda de acordo com os dados que serão utilizados e as informações que serão obtidas, o estudo caracteriza-se por uma pesquisa quali-quantitativa, o qual abordará questões de caráter exploratório por meio de entrevistas com pessoas-chave<sup>2</sup> e variáveis que possam medir a frequência e intensidade dos comportamentos.

As variáveis foram definidas com o intuito de alcançar os objetivos propostos no presente estudo, ou seja, mostrar a transformações, fundamentalmente nos âmbitos, produtivo e tecnológico, considerando o período de análise de 2005 a 2013, no setor fumageiro gaúcho. Depois de um exame de todas as informações obtidas e afim de corroborar com o conteúdo teórico do trabalho, as variáveis definidas, especificamente, foram: área plantada de tabaco no Rio Grande do Sul, quantidade produzida, número de produtores envolvidos no setor, valor gerado em todo o processo produtivo.

Posteriormente a esses delineamentos, considerando informações quantitativas agregadas para o Estado gaúcho, promoveu-se a caracterização das propriedades familiares inseridas no Complexo Fumageiro gaúcho. Para este fim utilizou-se o tamanho das propriedades fumicultoras, e o número de hectares destinados à produção de fumo. Como forma de avaliar o potencial de diversificação produtiva dos estabelecimentos, valeu-se de uma análise

---

<sup>2</sup> Pessoas-chave são pessoas que exercem influência, que são importantes num determinado ambiente ou setor, pessoas que ajudam a decidir, que facilitam o processo/trâmite/desempenho.

das atividades realizadas pelos fumicultores nas produções de origem vegetal e animal das propriedades, confrontadas com outras informações obtidas pelas entrevistas (cujas particularidades são apresentadas em seguida), bem como a revisão de estudos realizados por outros pesquisadores.

O presente trabalho utiliza-se de levantamento documental através de estatísticas, com vistas a sistematizar as variáveis essenciais que norteiam a temática abordada e capaz de subsidiar a análise, permitindo, à luz dos aportes teóricos, algumas conclusões em relação aos objetivos propostos. A coleta dos dados foi obtida a partir dos dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística – FEE e Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra, ambas em suas plataformas *on-line*. As informações referentes as variáveis utilizadas para a tipologia dos produtores rurais foram fornecidas pelo Núcleo de Pesquisa Social – NUPES da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Posteriormente a coleta, os dados foram classificados e preparados de forma sistemática seguindo as seguintes etapas: seleção e codificação. A etapa de seleção refere-se a uma avaliação criteriosa dos dados, a fim de verificar possíveis erros ou falhas, a codificação diz respeito a categorização dos dados que se relacionam (MARKONI e LAKATOS 2003). A etapa de codificação foi elaborada por meio do programa Microsoft Office Excel 2010, o qual permitiu o agrupamento de variáveis similares e construção de tabelas que ilustram as tendências das variáveis estudadas.

Afim de obter uma maior validação dos resultados obtidos, optou-se pela análise suplementar de estimação, através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários, de regressão econométrica, a qual permite obter a tendência de uma variável ao longo de uma série temporal.

$$Y = \beta_1 + \beta_2 X_i + u_i \quad (1)$$

Na equação 1,  $Y$  representa as variáveis estimadas a partir de suas variações ao longo do período determinado, que são elas: área plantada de tabaco no Estado do Rio Grande do Sul, quantidade de tabaco produzida no Estado, número de produtores envolvidos no ciclo produtivo e valor gerado no decorrer de toda a produção. Os  $\beta$ 's expressam os parâmetros, os quais demonstram as tendências ocorridas ao longo do período de análise. O termo  $X_i$  refere-se à variável tempo, a qual na presente análise representa o período de 2005 a 2013, e por fim,  $u_i$  representa o erro da equação, ou seja, a tendência que não foi possível estimar através da análise.

Por meio do modelo acima, obtêm-se o resultado das variações em números exatos, os quais foram fundamentais para a análise. Subsequente a este processo, logaritimizou-se os

dados da variável dependente ( $Y$ ), conforme a fórmula abaixo, afim de obter o resultado em percentuais.

$$\ln Y = \beta_1 + \beta_2 X_i + u_i \quad (2)$$

Partindo da equação 2, calculou-se a taxa de crescimento exponencial (Equação 3), com a finalidade de examinar o crescimento ou decréscimo das variáveis em análise no período de 2005 a 2013.

$$\{[(\text{antilog}(\beta_2)) - 1] * 100\} \quad (3)$$

Devido ao fato de que em uma pesquisa documental a maioria dos dados não terem recebido nenhum tratamento analítico, é imprescindível sua realização. A análise deve ser realizada em cumprimento com os objetivos proposto pelo estudo, de modo à alcança-los da melhor forma possível (GIL, 2002). Conforme o autor, o processo de análise torna-se primordial, pois através da interpretação o pesquisador consegue gradativamente uma explicação lógica do fenômeno em estudo, de maneira a confrontar as unidades de sentido a partir de suas inter-relações. Deste modo, após o tratamento dos dados, promove-se uma minuciosa interpretação dos resultados obtidos afim de corroborar ou não com as verificações obtidas a partir da revisão bibliográfica.

Para subsidiar as análises quantitativas de dados secundários e de outro estudo empírico – NUPES, realizou-se nos meses de outubro e novembro de 2015 entrevistas com pessoas-chave vinculadas ao Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), Associação Brasileira de Fumicultura (Afubra) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) – escritório municipal de Santa Cruz do Sul/RS. As informações obtidas compreendem a produção de tabaco no Rio Grande do Sul, bem como uma visão prospectiva acerca do setor que se insere, majoritariamente, no mercado internacional.

### 3. APORTES TEÓRICOS

Uma análise acerca da temática abordada requer tecer considerações acerca das variáveis relevantes, já ajustadas a especificidade da produção fumageira. Tal resgate não compreende maior dificuldade, uma vez que a literatura especializada vem tratando de forma sistemática diversos estudos acerca do Complexo Agroindustrial Fumageiro, a integração

agroindustrial e as políticas específicas a esse grupo social de agricultores familiares envolvidos no processo produtivo.

### 3.1 A PARTICULARIDADE DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO E AS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O complexo Agroindustrial Fumageiro é um dos complexos mais antigos do Brasil. Antes mesmo do desenvolvimento do CAI<sup>3</sup>, o complexo do fumo já estava presente na economia brasileira. No país, a produção fumageira se constituiu primeiramente, em 1918, no município de Santa Cruz do Sul, na região do Vale do Rio Pardo - Rio Grande do Sul. A partir deste ano, a produção foi se disseminando para as demais regiões do Estado. Este desenvolvimento precoce deve-se, principalmente, ao capital transnacional. Grupos de oligopólios e oligopsônios encontraram no Brasil as especificidades ideais para o desenvolvimento de um Complexo Agroindustrial, de forma a instalar as primeiras empresas multinacionais processadoras de tabaco (PRIEB, RAMOS, SOUZA, 2003). Segundo os autores, trata-se de indústrias processadoras articuladas à agricultores familiares, cujo os donos localizam-se em países desenvolvidos e tem no Brasil o local para a produção de sua matéria-prima, o fumo.

Antes do desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais a produção de tabaco era incipiente. Conforme alude Prieb, Ramos, Souza (2003), após a criação dos CAIs constatou-se um aperfeiçoamento de uma cultura que já havia sido cultivada a vários anos<sup>4</sup>. As mudanças geradas pelos CAIs instigaram não apenas as relações técnicas produtivas, como as relações sociais, de modo que os produtores de fumo tiveram que incorporar novas técnicas produtivas para poder continuar no cultivo.

Para Vogt (1994), a produção de fumo contradiz o argumento de que o pequeno agricultor familiar pode produzir apenas alimentos e de que apenas o grande proprietário pode vincular-se ao comércio exterior. Em geral, o tabaco é produzido em pequenas propriedades de terra, por pequenos agricultores familiares, os quais utilizam de mão de obra familiar para a produção. Apenas uma parcela do fumo produzido pelos agricultores permanece no país, a

---

<sup>3</sup> Na verdade, os Complexos Agroindustriais se desenvolveram no Brasil no final da década de 1960 e início da década de 1970, após a industrialização da agricultura. Vários autores teorizaram acerca de categorias analíticas que envolvem aos Complexos Agroindustriais e com diferentes denominações. O pioneiro foi A. P. Guimarães, porém destacam-se também G. Müller (1989), G. C. Delgado (1985), J. G. Silva (1996) dentre outros.

<sup>4</sup> Na próxima subseção, especificar-se-á aspectos históricos vinculados a produção fumageira, e sua inserção inicial em diferentes regiões brasileiras.

maior parte é exportada para outros países. Dessa forma, ao analisar o ambiente em que a produção fumageira está inserida, o argumento de Vogt é de inteira veracidade.

Ao remeter-se a produção tabagista, chama atenção a forma de relação entre o agricultor e a agroindústria processadora. As duas partes envolvidas no processo relacionam-se por meio de uma articulação exercida através de contratos de compra e venda. Os interesses das empresas e dos produtores são acordados mediante a elaboração de contrato, o qual estabelece os direitos e as obrigações de ambas as partes. Nesta relação, tanto o produtor como a empresa conseguem suprir, mesmo que de forma fracionada, seus interesses. Buainain e Filho (2009, p. 131), descrevem como as empresas conseguem beneficiar-se do processo de integração agroindustrial no contexto da atividade fumicultora:

Para a empresa, o contrato de compra e venda é o instrumento-chave para reduzir as incertezas e planejar o suprimento da matéria-prima, controlar a qualidade, a quantidade e os requisitos necessários ao atendimento das demandas dos clientes finais. As empresas procuram assegurar um fluxo de suprimento de tabaco, e para isso se obrigam a prestar serviços, prover informação tecnológica, viabilizar recursos para custeio da produção e investimentos em infra-estrutura e equipamentos.

Por sua vez, o agricultor familiar fumageiro obtém igualmente vantagens. Buainain e Filho (2009, p. 131) descrevem acerca dos contratos de compra e venda com as empresas agroindustriais que:

Para o produtor, o contrato de compra e venda, ao garantir a compra da produção contratada a preço previamente acordado, e garantir assistência técnica, provisão de insumos e acesso a crédito, também reduz o risco econômico e viabiliza a produção para agricultores familiares que teriam dificuldade para empreender o negócio de outra forma. Além disso, o produtor integrado tem acesso a instrumento de redução de parte do risco climático, por meio de contrato de seguro contra granizo.

Assim, o produtor rural tem a garantia da venda total de sua produção, possuindo assistência técnica e financeira, além de ter o transporte da produção assegurado pela empresa integrada. Mediante a integração, as empresas podem elaborar um planejamento mais adequado para a safra, obter uma melhor qualidade do produto, juntamente com a garantia de fornecimento do tabaco. Já os clientes conseguem ter o fornecimento do produto com mais regularidade, juntamente com uma qualidade garantida através da garantia ISO. À vista disso, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) tornou-se um elemento primordial para o desenvolvimento do setor fumicultor brasileiro (SINDITABACO, 2015).

Considerando o objeto central do artigo as potencialidades da agricultura familiar fumageira no tocante à reconversão produtiva, vale ressaltar que em estudos mais recentes fica



evidente a ideia de que agricultores não se caracterizam como atores passivos. A concepção cujo os produtores desempenham um papel ativo na sociedade e na elaboração de estratégias de resistências, corrobora para permitir que estes consigam adquirir sua autonomia e criar espaços frente o contexto social em que vivem (GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010).

Conforme Grisa, Gazolla e Schneider (2010), os agricultores familiares apresentam-se essencialmente ligados aos mercados, de maneira que as suas relações dependem do encadeamento entre estes. É neste cenário que surge o papel das políticas públicas, seja como uma forma de auxílio, que possibilite as famílias traçarem estratégias de controle sobre os recursos necessários para sua reprodução, visando garantir sua autonomia, ou políticas públicas que ofereçam apoio para a inserção destas famílias de forma adequada nos mercados.

No que abrange a política pública, Teixeira (2002) alude que para um bom delineamento deve-se entender todo o seu processo, desde sua formulação à avaliação dos resultados. Para o autor, políticas públicas tem o seguinte significado:

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado [...]. As políticas traduzem, no seu processo de elaboração e implementação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002, pg.2).

Para Teixeira (2002) o objetivo das políticas públicas consiste em atender as demandas da sociedade, essencialmente dos setores mais marginalizados, considerados vulnerabilizados, bem como ampliar os direitos de cidadania. Criar possibilidades de geração de emprego e renda como forma de recompensar os ajustes promovidos por outras políticas de caráter mais estratégico, de maneira a promover o desenvolvimento.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No período de análise, o qual se estende de 2005 a 2013, e a partir de estimações efetuadas pela taxa de crescimento exponencial, pode-se observar que a área plantada de tabaco no Estado do Rio Grande do Sul apresentou uma discreta redução (Tabela 1). O período que mais apresentou queda foi 2011/2012, com 21.136 hectares. Constata-se um declínio médio de 4.752,53 hectares por ano, o qual corresponde à 2,11% da área total produzida. Dessa forma, mesmo que em pequena escala, percebe-se que algumas propriedades gaúchas já vêm diversificando suas produções, conforme se verá mais adiante.

Tabela 1 – Área de tabaco plantada no Rio Grande do Sul (em hectares)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	242.180	243.249	231.110	216.196	221.849	220.512	223.867	202.731	203.823

Fonte: Elaborado com base nos dados da FEE (2015).

Ao analisar a quantidade de tabaco produzida no Estado, pode-se observar, conforme a tabela 2, que não houve uma tendência de declínio em todos os anos. No ano de 2006 ocorreu um aumento de 9,85% em comparação ao anterior, e no ano de 2013 verificou-se um acréscimo de 8,58% em relação a quantidade produzida em 2012. Entretanto, ao realizar a média, se constata que a quantidade diminuiu 1,12% no último ano.

Tabela 2 – Quantidade produzida no Rio Grande do Sul (toneladas).

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	430.347	472.726	474.668	445.507	443.813	343.482	499.455	396.861	430.905

Fonte: Elaborado com base nos dados da FEE (2015).

Um aspecto preponderante para a quantidade produzida não ter diminuído na mesma proporção que a área plantada, é a adoção de novas tecnologias no processo de produção, o que é corroborado pelas pesquisas de Redin (2015), o qual menciona, que no período recente a adaptação da produção com novos métodos e inserção de novas tecnologias, permitiu ao produtor a obtenção da mesma quantidade produzida em uma menor área plantada. O autor corrobora também, que o desenvolvimento da industrialização aliado à modernização da agricultura, propiciam a inserção das famílias fumicultores num contexto de transformações sociais.

Nesta mesma linha de análise, o representante da Afubra especifica ainda mais a forma de desenvolvimento desse processo, ou seja, os avanços tecnológicos que estariam ocorrendo no setor fumageiro gaúcho, vão desde o desenvolvimento de melhores sementes até a secagem do tabaco. Percebe-se desse modo, que em diferentes partes do processo produtivo verifica-se alguma forma de incorporação tecnológica, que permite a expansão da produção mesmo com uma discreta redução da área cultivada.

Em relação aos rendimentos provenientes do uso de novas tecnologias nos estabelecimentos fumicultores, Redin (2015) mostra que estas adoções são cruciais no concernente à eficácia econômica das propriedades. Já para o representante da Afubra, as alterações tecnológicas recentes implicam no aumento da produção do tabaco e, ao mesmo

tempo, uma redução dos custos inerentes no processo produtivo, de maneira a possibilitar maior lucratividade ao produtor.

Ao examinar os valores gerados no setor fumageiro gaúcho no período de análise, percebe-se que estes vêm apresentando um aumento ano após ano (Tabela 3), mesmo que a quantidade produzida esteja diminuindo. Os valores da tabela 3 estão deflacionados pelo IGP-M, com ano base 2005. O valor gerado apresentou um acréscimo 0,026% no último ano. Este cenário pode estar aliado a mecanização, técnicas modernas, novas sementes e insumos químicos, de forma que o produtor consiga produzir um tabaco de melhor qualidade e consequentemente obter uma melhor remuneração no momento da comercialização.

Tabela 3 – Valor Gerado no Rio Grande do Sul (R\$ mil).

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	1.618.3	1.732.4	1.667.9	1.721.1	1.833.4	1.479.1	1.840.1	1.511.0	1.779.8
	26	70	57	45	35	19	82	54	58

Fonte: Elaborado com base nos dados da FEE (2015).

O incremento de novos métodos produtivos, que muitas vezes facilitam o trabalho dispendido pelos agricultores na produção, juntamente com uma melhor remuneração, pode sinalizar que os produtores não se sintam dispostos em reverter sua cultura principal: o fumo em folha. Outro fator a ser destacado neste ambiente de reconversão, é que os produtores de fumo estão atrelados a um cenário cultural. No Rio Grande do Sul o cultivo do tabaco é passado de geração em geração, de maneira que a família apresente todos os conhecimentos necessários para produzir tabaco, com a qualidade requerida pelas empresas processadoras.

De acordo com Prieb (2005), a fomicultura está atrelada a um “saber camponês” que se torna essencial para dar continuidade ao processo produtivo. Entretanto este conhecimento acaba por deixar o produtor alienado a cultura, de forma a apresentar dificuldades na busca de novas alternativas que oportunizam inserções em novos mercados. Além disso, vale ressaltar que outro aspecto que dificulta a diversificação das famílias é a dependência econômica. A fomicultura representa a principal atividade econômica das famílias, de forma que estas sentem-se inseguras para buscar novas alternativas/culturas das quais não tem conhecimento e que irá proporcionar a mesma rentabilidade em um pequeno espaço de terra como a fomicultura.

Em relação à alta rentabilidade em pouca área de terra, vale ser analisado o tamanho das propriedades fomicultoras gaúchas e qual a proporção desta destinada para o plantio do tabaco. Ao observar a tabela 4, constata-se que a produção de fumo no Rio Grande do Sul está atrelada

a pequenas propriedades rurais. A maioria dos estabelecimentos (32,30%) compreende até 5 hectares de terra, seguindo das propriedades que englobam de 11 a 20 hectares (29,30%).

Tabela 4 – Número de hectares da propriedade

<b>Hectares</b>	<b>Percentual (%)</b>
0 a 5	32,30
6 a 10	17,90
11 a 20	29,30
21 a 30	11,20
31 a 40	5,90
Acima de 41	3,40
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados do NUPES (2015).

Frente a situação dos produtores de fumo no tocante ao tamanho das propriedades<sup>5</sup>, a diversificação produtiva torna-se mais complexa. O tamanho médio dos estabelecimentos pode apresentar-se como um fator limitador perante a escolha de determinados tipos de culturas, fundamentalmente, devido ao fato de que as culturas tradicionais, como soja e arroz, não apresentarem competitividade em pequenas propriedades. Assim, os produtores muitas vezes persistem na tradicional “escolha” produtiva em virtude de não conseguir alternativas viáveis para a diversificação.

Para corroborar com a afirmação de que a produção de fumo ocupa uma pequena área para seu cultivo, é relevante analisar a tabela 5. Conforme este quadro, certifica-se que a grande maioria, 54,56%, das propriedades utilizam até 2 hectares para a produção de fumo, seguida das propriedades que ocupam de 3 a 4 hectares para o plantio (33,27%). Assim, é possível averiguar que por mais que o complexo fumageiro gaúcho esteja atrelado a pequenas propriedades familiares, utiliza-se apenas uma pequena parcela da área total da propriedade para a produção de fumo.

Tabela 5 – Número de hectares com tabaco

<sup>5</sup> Na verdade, possuir em média 5 ha de terra pode parecer uma propriedade com razoável potencial de diversificação produtiva. Entretanto, há que se considerar, conforme mostra ETGES, que a parcela territorial passível de utilização produtiva é reduzida, considerando as especificidades da área total do estabelecimento. Conforme o autor, a expansão da produção de fumo tem-se dado nas regiões marginalizadas não aptas para a produção ao cultivo de soja, arroz, pecuária, de forma a ampliar o consumo de fertilizantes para o melhoramento do solo.

<b>Hectares</b>	<b>Percentual (%)</b>
0 a 2	54,56
3 a 4	33,27
5 a 6	8,56
7 a 8	1,90
Acima de 9	1,71
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados do NUPES (2015).

A tabela 6 mostra que o número de produtores envolvidos no cultivo do Rio Grande do Sul está diminuindo, entretanto não é uma redução em grande escala. Em 2005 havia 99.253 produtores de tabaco no Estado, já em 2013 este número reduziu-se para 82.740, o que representa uma queda média de 1,82% anual.

Tabela 6 – Número de Produtores de tabaco no Rio Grande do Sul

<b>Ano</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Total</b>	99.253	99.428	92.474	92.201	95.621	94.780	94.890	85.560	82.740

Fonte: Elaborado com base nos dados do SINDITABACO (2015).

A tabela 1 indica que no Rio Grande de Sul verificou-se uma redução na área plantada de tabaco no período de 2005 a 2013. Vale tecer algumas considerações acerca das principais alternativas buscadas pelos produtores frente ao quadro que se apresenta. Se ocorreu redução da área plantada com fumo, conforme visto anteriormente, vale investigar qual a dotação efetuada pelos produtores no que diz respeito às áreas sobrantes. Além disso, mostrar qual o ideário, para além da produção fumageira, apresentado pelos diferentes atores que mantem algum tipo de relação com os agricultores familiares fumageiro no que concerne à forma de condução de suas explorações. Neste sentido, alia-se os resultados das pesquisas do NUPES, juntamente com as entrevistas realizadas com representantes do SINDITABACO, Afubra e Emater – escritório de Santa Cruz do Sul/RS.

Segundo a pesquisa do NUPES, considerando a totalidade das propriedades fumicultoras do Rio Grande do Sul, a grande maioria (92, 96%) possuem criatórios de aves (Tabela 7). Entretanto vale destacar que na maior parte dos casos, os produtores criam para o consumo humano, sem comercializar. A mesma situação acontece com a criação de bovinos de corte (74,14%) e de leite (77,76%), onde a maioria dos agricultores produzem para o consumo

próprio, comercializando apenas o excedente. Frente a este cenário, uma alternativa para diminuir a dependência com o tabaco, poderia ser incentivar o aumento desses criatórios permitindo um incremento produtivo com a finalidade de comercialização. Isso permitiria ao agricultor, a auferição de uma renda diversificada não proveniente da produção de fumo. Entretanto, se há vantagens no concernente à uma atividade em que os produtores já detêm certo conhecimento produtivo, há, contudo, entraves/desafios quando se considera as rígidas exigências na comercialização, a exemplo da necessidade de certificação.

Tabela 7 – Atividades de origem animal nas propriedades

<b>Criação</b>	<b>Percentual de produtores que cria</b>	<b>Média de cabeças</b>
Avicultura	92,96	48
Bovino de corte	74,14	6
Bovino de leite	77,76	3
Suíno	82,26	6

Fonte: Elaborado com base nos dados do NUPES (2015).

No que se refere a diversificação das culturas, o representante do SINDITABACO informou que este órgão incentiva os produtores a plantar milho e feijão logo após a colheita do tabaco, como uma forma de aproveitar os resíduos dos fertilizantes utilizados para o plantio do fumo, que ainda estão residualmente nas áreas de fumo e que devido a isso, apresentariam um custo de produção inferior em relação a outros cultivos, cujas possibilidades de comercialização seriam questionáveis. Além disso, a produção não comercializada poderia ser utilizada para o autoconsumo<sup>6</sup>. Outro incentivo defendido pelo SINDITABACO são o incremento produtivo atual em áreas de reflorestamento. É sabido que a maior parte dos processos produtivos fumageiros, contam com a utilização de fornos que utilizam lenha para promover a cura das folhas de fumo, assim, o produtor não necessitaria comprar a lenha. Uma produção adicional de lenha certamente teria mercado consumidor para a produção de móveis e outras funções.

Ao analisar a tabela 8, certifica-se que o cultivo do milho se encontra em 68,06% das propriedades fumicultoras gaúcha. Dessa forma, a alternativa proposta pelo SINDITABACO poderia ser implementada considerando que a média de hectares cultivados de milho nas

<sup>6</sup> Autoconsumo refere-se à produção para consumo próprio, consumida no interior do estabelecimento, de forma a garantir a autossuficiência alimentar da família e da unidade produtiva.

propriedades é 2,99, e que a média de hectares plantados com tabaco gira em torno de 2 hectares (conforme tabela 5). Da mesma maneira, o feijão, segundo produto mais cultivado nas propriedades fumicultoras, poderia se tornar uma alternativa para a diversificação das famílias.

Tabela 8 – Atividades de origem vegetal nas propriedades

<b>Cultura</b>	<b>Percentual de produtores que cultiva</b>	<b>Média de hectares plantados</b>
Milho	68,06	2,99
Feijão	54,56	0,41
Laranja	69,77	0,07
Outra cultura na restava do fumo	72,26	2,44
Mandioca/Aipim	69,96	0,22
Cana de açúcar	40,11	0,47

Fonte: Elaborado com base nos dados do NUPES (2015)

Já o representante do escritório da Emater do município de Santa Cruz do Sul/RS, afirma que as principais iniciativas da instituição para a diversificação produtiva das áreas fumageiras, é por meio do propósito de organizar os agricultores para abastecer alguns nichos de mercado, como alimentação escolar, programa de aquisição de alimentos em feiras. Verifica-se que o incentivo da Emater se volta principalmente para produtos de horticultura que podem ser cultivados em pequenas áreas. De acordo com Reifschneider e Lopes (2015), a produção de hortaliças no Brasil depende especialmente de pequenos produtores, capitalizados ou não. Para os autores futuramente a demanda por hortaliças aumentará, de forma a oportunizar maiores nichos de mercados para esses produtos.

O representante da Emater afirma que vários produtores já diversificaram suas atividades e que hoje estão satisfeitos economicamente, ao mesmo tempo em que relatam terem melhor qualidade de vida. Segundo o entrevistado, para a Emater isto é um indicativo de que é possível mudar a matriz produtiva sem interferir na receita, e em alguns casos aumentar a receita em comparação com o que auferiam com o tabaco.

Dentre os principais entraves percebidos pela instituição está a mão de obra, de forma que muitos querem investir em novas atividades mas acabam esbarrando no referido problema. Outro obstáculo refere-se a dificuldade de sustentar financeiramente o agricultor, para suprir esta lacuna precisa-se mais mercados para comercializar a produção, entretanto a

comercialização precisa de uma logística que a instituição não está preparada para enfrentar, de maneira que a incerteza de mercado acaba inibindo o produtor a investir.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo mostra a evolução recente da agricultura familiar articulada ao complexo fumageiro gaúcho, sendo que seus delineamentos básicos foram analisados com base em um escopo analítico que privilegiou as temáticas Complexos Agroindustriais, Integração Agroindustrial e Agricultura Familiar Fumageira e políticas públicas. A combinação dos aspectos teóricos com a evolução quantitativa e informações dos principais representantes dos grupos institucionais envolvidos, permitiram concluir que a reconversão produtiva das áreas de tabaco no Rio Grande do Sul vem ocorrendo de forma lenta e gradativa.

O foco central é, contudo, a análise das alterações produtivas no concernente à produção de fumo em folha, frente a Convenção-Quadro. A análise do conjunto de informações qualitativas de representantes das principais instituições envolvidas remete a uma crença de que no curto prazo, não se vislumbrará uma queda significativa da produção.

Os elementos teóricos permitiram compreender que a fumiicultura brasileira faz parte de um complexo agroindustrial que mostra certas especificidades quando se analisa a regência dos demais complexos, além de ser um dos complexos mais antigos do país.

Especificamente, os resultados indicam que as áreas plantadas de fumo no Estado estão diminuindo, entretanto, a quantidade produzida não está diminuindo na mesma proporção. Uma análise mais acurada dos resultados indica que houve incremento de novos métodos ao processo produtivo, de forma que, o agricultor consegue obter uma maior quantidade de fumo em folha em uma menor área de cultivo.

As novas tecnologias são fornecidas pelas próprias indústrias processadoras que os produtores se integram. De modo que, as indústrias conseguem deter controle sobre o que estará sendo produzido e “influenciar” os produtores a produzir nos parâmetros de qualidade requeridos pelo elo mais forte do Complexo Agroindustrial Fumageiro.

Por se tratar de pequenos produtores familiares que possuem propriedades, em média, com 5 ha, as alternativas de diversificação se tornam limitadas. Como o fumo é uma cultura que consegue obter um considerável rendimento em pequenas áreas de terra, os produtores acabam por não se sentirem preparados para diversificar, por receio de não obter a mesma remuneração que o tabaco. Os resultados acerca da evolução do valor gerado durante o período considerado permitem concluir que os produtores de fumo persistem na atividade em função



dos resultados obtidos. Dessa maneira, culturas que necessitam de grandes extensões de terra para gerar um melhor rendimento, como soja e arroz, não se enquadram na realidade das propriedades fumageiras gaúchas.

Uma alternativa proposta pela Emater – escritório de Santa Cruz do Sul/RS, é o cultivo de hortaliças. Como cada vez mais as pessoas estão preocupadas com sua saúde e demonstram preferência por produtos mais orgânicos, a proposta se torna viável, contudo, vale analisar até que ponto o mercado está preparado para absorver toda a produção. Já o SINDITABACO, defende o plantio de milho e feijão na resteva do fumo, como forma de conseguir um menor custo de produção devido ao fato que parte dos fertilizantes utilizados para o cultivo do tabaco ainda estarão na terra.

Contudo, a entrevista realizada com o representante do SINDITABACO, tornou patente a preocupação com relação a comercialização da produção dos cultivos propostos, por outras entidades à exemplo de hortaliças e orgânicos. Na verdade, o representante do SINDITABACO apresenta uma proposta do tipo “mais do mesmo”, na aparência uma preocupação com a renda do produtor, mas, na essência um diagnóstico que orienta o produtor a manter sua atual forma de ofertante de fumo em folha com qualidade para as empresas fumageiras. Assim, na orientação proposta, os produtores não gastarão tempo em aprender novas tecnologias de produção e de comercialização mantendo-se em algo que poderia ser denominado de superação negativa em um processo de reconversão produtiva, nos moldes sugeridos pelo MDA e Emater.

De qualquer modo, a reconversão produtiva das áreas de tabaco é tema relevante de análise quando se trata da exploração familiar, e deve ser considerado elementos de viabilidade, custos de produção, mercado consumidor, o que foge ao escopo analítico do presente trabalho. Contudo, além das estratégias produtivas parece indissociável análise das diferentes formas de ocupação dos agricultores familiares.

## **6. REFERÊNCIAS:**

BRASIL, Ministério da Saúde. *A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades*. Instituto Nacional do Câncer-INCA. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco*. Instituto Nacional do Câncer-INCA. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: Diretrizes para implementação dos Artigos 5.3, 8º, 11 e 13*. Instituto Nacional do Câncer-INCA. Rio de Janeiro, 2011.

BUAINAIN, A. M., FILHO, H. M. de S. *Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável – Organização e funcionamento do mercado de tabaco no sul do Brasil*. 1. ed. São Paulo: UNICAMP, 2009.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. 1. ed. São Paulo: UNICAMP, 1985.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas no desenvolvimento rural. *Revista Agroalimentaria*, v.16, n. 31, pg. 65-79, jul./dez. 2010.

GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. São Paulo: Paz e Terra, 1989. 362p.

MARKONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRIEB, R. I. P. *Pluriatividade na produção familiar fumageira*. 1. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

PRIEB, R. I. P., RAMOS, P., SOUZA, M. Elementos para análise da situação atual e perspectivas da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo. *Revista Economia e Desenvolvimento*, n. 15, Santa Maria, 2003.

REDIN, E. *Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS*. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

REDIN, E. Fumicultura: interfaces entre o real e o ideal. *Revista Informe GEPEC*, [S.l.] vol. 16, n.2, p. 21-38, jul./dez.2012.

REIFSCHNEIDER, F. J. B.; LOPES, C. A. Horticultura brasileira sustentável sonho eterno ou possibilidade futura? *Revista de Política Agrícola*. v. 24, n. 2, p. 90-101, abr./mai./jun. 2015.

SINDITABACO, *Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco*. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br>>. Acesso em: 24 abr. de 2015.

SOUZA, R. P. Convenção - Quadro para Controle do Tabaco: Reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. *Anais...* Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

TEIXEIRA, E. C. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR-BA, 2002.

VOGT, O. P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 – 1993)*. Curitiba: 1994.